

Senado reage à crítica feita pelo Presidente

O presidente do Senado José Sarney (PMDB/AP) reagiu ontem às críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso de que a aprovação do projeto de lei complementar que limita a taxa de juros reais em 12% teria sido inoportuna. José Sarney reuniu os documentos relacionados com o projeto, para provar que o processo começou em 13 de março de 1991 e que o Supremo Tribunal Federal deferiu mandados de injunção, exigindo a votação do projeto. Os documentos foram distribuídos pela assessoria de Sarney para aprovar que não houve açodamento por parte dos congressistas para votar o projeto.

O último dos cinco mandados de injunção deferidos pelo Supremo foi comunicado ao Senado no dia 17 de fevereiro deste ano e determinava que o projeto deveria ser votado. Assim, na última quarta-feira, o Senado, com quórum de 62 parlamentares, acabou aprovando, por 42 favoráveis e 20 contrários. O projeto, por inúmeras vezes, foi colocado na ordem do dia e, por recomendação da área jurídica do Senado, deveria ser apreciado no dia 24 de fevereiro. Antes da aprovação, porém, o projeto foi incluído nas pautas dos dias 3, 6 e 7 de março. O próximo passo é submeter o projeto à votação no plenário da Câmara. Se aprovado, será remetido à Presidência da República.

Explicações — José Sarney explicou, através da sua assessoria, que apenas cumpriu o acordo feito com o presidente Fernando Henrique: desobstruir a pauta de votações, para agilizar o processo de reforma constitucional. Segundo o senador, a inclusão do projeto de lei que limita a taxa de juros teria seguido uma ordem natural e cumpriu determinação da Justiça.

De acordo com o projeto, a cobrança de juros acima dos limites de 12% ao ano constitui crime de usura. A punição é a reclusão de um a dois anos e multa igual ao dobro do valor do crédito. A aprovação do projeto aconteceu em meio a polêmicas no plenário do Senado. Os aliados do Governo — liderados pelo PSDB e pelo PFL — votaram contra, na sua maioria, enquanto alguns peemedebistas, ao contrário da orientação da liderança, apoiaram o projeto. Imediatamente, o Palácio do Planalto reagiu: o presidente Fernando Henrique lamentou a aprovação da lei e nos últimos dias manifestou a intenção de votar o projeto. (R.G.)

JORNAL DE BRASÍLIA

17 MAR 1995